

Pacote do governo ameaça Fundo Constitucional do DF

Medidas de cortes de gastos, anunciadas por Haddad, preveem mudanças no reajuste do FCDF, o que diminuirá o valor dos repasses à capital federal e impactará a manutenção das polícias, dos Bombeiros e dos serviços de saúde e educação

■ ISRAEL MEDEIROS
■ RENATO SOUZA

O pacote de corte de gastos apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, terá impacto direto nas finanças do Distrito Federal, se for aprovado pelo Congresso da forma como está. A equipe econômica quer alterar a forma como são corrigidos os repasses ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, que responde por quase 40% do orçamento da capital federal. Atualmente, os valores que a União repassa ao Fundo são recalculados pela variação da Receita Corrente Líquida da União (RCLU), ou seja, se a arrecadação do governo aumenta, os repasses também se elevam. O que a equipe de Haddad pretende é que a correção desses valores seja feita considerando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o principal indicador que mede a inflação no Brasil. Esse é o indexador oficial do

país, usado como base para corrigir salários, aluguéis e até mesmo a poupança. Para o governo federal, a indexação ao IPCA tornaria os repasses mais previsíveis, já que não aumentariam junto com a arrecadação da União. "O que nós estamos prevendo é que o Fundo Constitucional do Distrito Federal vai ter a mesma cláusula de reajuste do Fundo (Nacional) do Desenvolvimento Regional, qualquer que seja. Hoje é o IPCA", disse Haddad, ontem, na entrevista coletiva em que detalhou o pacote. Segundo o ministro, a medida vai colocar o Distrito Federal em pé de igualdade, em termos de correção de valores, com o resto do país. "Não pode haver um descausamento entre o Fundo de Desenvolvimento Regional de um ente federado e o fundo de um país inteiro consagrado na reforma tributária. Então, vamos compatibilizar pelo IPCA neste momento aquilo que vai ser acrescido também no espírito de

Saiba mais

Segurança na sede dos Três Poderes

O Fundo Constitucional do Distrito Federal foi estabelecido pela Constituição de 1988 e ganhou o atual formato em 2002. O objetivo é custear a organização e a manutenção das polícias Civil, Militar e Penal e do Corpo de Bombeiros. A criação do fundo foi justificada pelo fato de que Brasília, como capital do país, precisa garantir a segurança das sedes e demais anexos dos Três Poderes, além de proteger as autoridades. O dinheiro também é usado

no Orçamento do ano passado —alta de 41% em relação ao ano anterior, depois de a arrecadação federal ter alcançado o melhor resultado desde 1995. Para 2024, o Orçamento da União previu R\$ 23,38 bilhões para o FCDF, sendo aproximadamente R\$ 10,7 bilhões para a segurança pública, R\$ 7 bilhões para a saúde e R\$ 5,5 bilhões para a educação. O montante representa 38% do orçamento total do DF neste ano. Se a correção pelo IPCA já estivesse valendo no fim de 2023, o valor do repasse teria subido em R\$ 1,06 bilhão, considerando que a inflação acumulada de 2023 foi de 4,62%. Com a regra atual, o repasse aumentou em apenas R\$ 380 milhões, o que corresponde a uma alta de apenas 1,65% em relação ao ano anterior.

Ofensiva

Em 2023, o governo federal atuou para que o texto do marco fiscal incluisse a mesma

mudança na correção dos valores do Fundo. Segundo os cálculos da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do GDF, o Distrito Federal poderia deixar de receber R\$ 87 bilhões ao longo de 10 anos, caso a correção fosse alterada pelo novo arcabouço fiscal e vinculada ao IPCA. À época, o relator do texto na Câmara, Cláudio Cajado (PP-PA), resistiu aos apelos do GDF para retirar essa mudança do texto. No Senado, no entanto, a situação foi outra. Acompanhado de deputados e senadores do DF (incluindo parlamentares de espectros políticos opostos), o governador Ibaneis Rocha (MDB) foi à casa do relator do texto na Casa Alta, Omar Aziz (PSD-AM), para pedir a retirada do FCDF do marco fiscal. Ele foi bem-sucedido, e o texto acabou sendo aprovado no Senado mantendo a correção pela RCL. » Leia mais sobre o Fundo Constitucional na página 13

Cortes afetam salário mínimo, BPC e militares

■ MAYARA SOUTO
■ FERNANDA STRICKLAND

O governo detalhou, ontem, o pacote de propostas com o qual pretende reduzir os gastos públicos em até R\$ 70 bilhões nos próximos dois anos. As medidas incluem mudanças no salário mínimo, na aposentadoria de militares, no abono salarial e nas regras para benefícios sociais, além de alteração no Imposto de Renda. **Leia reportagem na página ao lado.** O pacote ainda depende do aval do Congresso para entrar em vigor. Os textos serão enviados ao Parlamento, em parte, como proposta de emenda à Constituição (PEC) e, em outra, como projeto de lei complementar. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que pretende patrão-los com agilidade. "O nosso compromisso, no Senado, é que tão logo a Câmara dos Deputados aprecie a proposta de emenda à Constituição e o projeto de lei complementar, o Senado submeta diretamente ao plenário para que possa ser ratificado, em revisão, aquilo que a Câmara fizer em relação a esse pacote", frisou.

personas incapacitadas para a vida independente e para o trabalho. O cálculo de renda passará a incluir ganhos de cônjuge, irmãos, filhos e enteados, mesmo que não vivam na mesma residência. Será obrigatória a atualização de cadastros desatualizados há mais de dois anos. "Dos 3 milhões de beneficiários do BPC, 1 milhão não tem a CID (Classificação Internacional de Doenças) no sistema, ou seja, falta o código que faz a deficiência que a pessoa tem. Desse total, 75% foram decididos por liminar judicial. Faremos um esforço para periciar e garantir que apenas quem tem direito continue recebendo", declarou o ministro da Casa Civil, Rui Costa. Já o abono salarial do PIS/Pasep será gradualmente reduzido. Atualmente, são beneficiados trabalhadores com carteira assinada e servidores públicos que recebem salário mensal médio de até dois salários mínimos. Com o ajuste, os beneficiados serão os que recebem até 1,5 salário mínimo. **Servidores** O governo propõe regulamentar a lei que cobra su-

Principais mudanças

Entenda propostas do pacote de corte de gastos



SALÁRIO MÍNIMO

O salário mínimo continuará a ter aumento real, ou seja, acima da inflação, com base no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos anteriores. No entanto, o reajuste será limitado a 2,5% ao ano, mesmo que o PIB cresça acima desse percentual. O mínimo de reajuste será de 0,6% ao ano.

Essa mudança afetará aposentados e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que deixarão de receber R\$ 6 mensais, incluindo o décimo terceiro, em 2025.

IMPOSTO DE RENDA

O desenho proposto pelo governo na reforma do IR funcionará da seguinte forma: quem ganha R\$ até 5 mil, reais terá isenção completa; aqueles que ganham entre R\$ 5 mil e R\$ 6.000 terão aproveitamento do benefício, e quem ganha acima de R\$ 6.000, conforme a escala da tributação do IR, terão uma isenção de até os R\$ 2 mil do salário mínimo. A renúncia estimada é de R\$ 35 bilhões.

TAXAÇÃO DE ALTAS RENDAS

Será instituída uma alíquota de 10% para contribuintes que ganham mais de R\$ 90 mil por mês (R\$ 600 mil anuais). Além disso, a isenção do imposto de Renda devido a despesas de saúde será limitada a pessoas com renda de até R\$ 20 mil por mês.

APOSENTADORIA DE MILITARES

O pacote inclui o fim da "morte ficta", que permitia o pagamento de pensões a parentes de militares desligados, como se estivessem falecidos. Também será instituída uma idade mínima de 55 anos para transferência à reserva remunerada, além da extinção da transferência de pensão. Outra medida é a fixação de uma alíquota de 3,5% da remuneração para o Fundo de Saúde dos militares, que entrará em vigor até janeiro de 2026.

Fonte: Com informações de Medidas de Fortalecimento da Regra Fiscal

ABONO SALARIAL

Atualmente, têm direito ao abono trabalhadores que recebem até dois salários mínimos (R\$ 2.224). Com a nova proposta, o benefício será limitado a pessoas que ganham até R\$ 2.640. O valor será corrigido anualmente pela inflação.

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

As regras para acesso ao BPC serão endurecidas, focando em pessoas incapacitadas para a vida independente e para o trabalho. O cálculo de renda passará a incluir ganhos do cônjuge, irmãos, filhos e enteados, mesmo que não vivam na mesma residência. Será obrigatória a atualização de cadastros desatualizados há mais de dois anos.

BOLSA FAMÍLIA

Para reforçar o controle do programa, o governo implementará medidas como o uso de biometria para inscrição e atualização cadastral, além de cruzamento de informações com bancos de dados de concessionárias de serviços públicos. A inscrição de famílias unipessoais estará sujeita a regulamentação mais rigorosa.

SUPERSALÁRIOS NO SERVIÇO PÚBLICO

O governo propõe regulamentar a lei que cobra "supersalários" de servidores do Executivo, Legislativo e Judiciário. Isso impedirá pagamentos acima do teto constitucional, atualmente fixado em R\$ 44.008,52 mensais.

EMENDAS PARLAMENTARES

As emendas parlamentares terão limite de crescimento de 2,5% acima da inflação. Metade das emendas das comissões será destinada obrigatoriamente à saúde pública. Além disso, o governo poderá bloquear até 15% do total das emendas em casos de necessidade fiscal.

Executivo, Legislativo e Judiciário. Isso impedirá pagamentos acima do teto constitucional, atualmente fixado em R\$ 44.008,52 mensais.

Em relação aos militares, o pacote define o fim da morte ficta — quando um militar é condenado por um crime ou expulso do serviço e recebe pensão como se tivesse morrido. Atualmente, a família também tem direito de receber 100% do pensão.

A aposentadoria militar também será afetada, mas Haddad não detalhou qual será a idade mínima para a reserva remunerada. Na semana passada, o Correio adiantou que as negociações com as Forças Armadas indicavam que militares poderiam adquirir o direito somente a partir dos 55 anos de idade. Sobre a transferência de pensão, a medida deve restringir o benefício apenas para familiares de 1ª ordem (cônjuge ou companheiro e filhos).

Também será instituída uma alíquota de 10% para contribuintes que ganham mais de R\$ 90 mil por mês (R\$ 600 mil anuais). Além disso, as deduções em despesas de saúde no Imposto de Renda serão limitadas a pessoas com renda de até R\$ 20 mil por mês.

Estão previstas mudanças, ainda, na Bolsa Família. Para reforçar o controle do programa, o governo implementará medidas como o uso de biometria para inscrição e atualização cadastral, além de cruzamento de informações com bancos de dados de concessionárias de serviços públicos. A inscrição de famílias unipessoais estará sujeita a regulamentação mais rigorosa.

“Somos de um deficit com calotes do governo anterior de mais de 20% de PIB, foram mais de R\$ 100 bilhões. Era um grande desafio trazer o deficit para perto do equilíbrio. No ano que vem, estou muito seguro de que, com as medidas que estão sendo tomadas, vamos ter êxito em cumprir as metas”, sustentou Haddad. (Colaborou Júlia Portela)

